

LUIZA SOARES MARAGNO

**CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DA LINGUAGEM DE ÉMILE BENVENISTE
PARA A COMPREENSÃO DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DA
REDAÇÃO DO ENEM**

**PORTO ALEGRE
2018**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DA LINGUAGEM DE ÉMILE BENVENISTE
PARA A COMPREENSÃO DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DA
REDAÇÃO DO ENEM**

LUIZA SOARES MARAGNO

**ORIENTADORA: PROF. DOUTORA CARMEM LUCI DA COSTA
SILVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Letras – Língua Portuguesa e Literatura da Língua Portuguesa.

**PORTO ALEGRE
2018**

Num conto que nunca cheguei a publicar acontece o seguinte: uma mulher, em fase terminal de doença, pede ao marido que lhe conte uma história para apaziguar as insuportáveis dores. Mal ele inicia a narração, ela o faz parar:

- Não, assim não. Eu quero que me fale numa língua desconhecida.

- Desconhecida? – pergunta ele.

- Uma língua que não exista. Que eu preciso tanto de não compreender nada!

O marido se interroga: como se pode saber falar uma língua que não existe? Começa por balbuciar umas palavras estranhas e sente-se ridículo como se a si mesmo desse provas da incapacidade do ser humano. Aos poucos, porém, vai ganhando mais à-vontade nesse idioma sem regra. E ele já não sabe se fala, se canta, se reza. Quando se detém, repara que a mulher está adormecida, e mora em seu rosto o mais tranquilo sorriso. Mais tarde, ela lhe confessa: aqueles murmúrios lhe trouxeram lembranças de antes de ter memória. E lhe deram o conforto desse mesmo sono que nos liga ao que havia antes de estarmos vivos.

(...)

As línguas servem para comunicar. Mas elas não apenas 'servem'. Elas transcendem essa dimensão funcional. Às vezes, as línguas fazem-nos ser. Outras, como no caso do homem que adormecia em história a sua mulher, elas fazem-nos deixar de ser. Nascemos e morremos naquilo que falamos, estamos condenados à linguagem mesmo depois de perdermos o corpo. Mesmo os que nunca nasceram, mesmo esses existem em nós como desejo de palavra e como saudade de um silêncio.

Mia Couto.

AGRADECIMENTOS

Conheci o doutor Nelson em 2018, num momento difícil. Nervosa com este trabalho, e com a vida, precisei olhar para mim e entender que, por mais clichê que seja, um passo de cada vez faz com que se vá mais longe. Nunca me esquecerei do dia em que ele me contou sobre o Everest. Nenhum alpinista sobe uma montanha caso admire toda a sua grandeza; por isso, segundo sua experiência, é preciso olhar os primeiros dez metros, aquilo que a visão alcança. Todos os passos são conquistas, todos os 10 metros são importantes. A grandeza da jornada é a contemplação da chegada. A cada dez metros indispensáveis na minha subida, enquanto mulher, professora, filha e amiga, o meu muito obrigada.

Manu foi a primeira com quem tive contato nos dias de vestibular. Muito obrigada por me permitir sentir o amor de irmã, que tanto desejei um dia. À Thaís, que sempre me disse que eu era capaz, ainda que eu duvidasse disso inúmeras vezes; sim, no final, tudo fica bem, e que sorte a minha tê-la ao meu lado. À Ana, minha referência, minha amiga e mestre, muito obrigada por estar aqui, mesmo longe. À Mariana, que, com sua bondade enorme, mostrou-me a leveza da vida e que cercar-se de pessoas especiais é importante para manter-se firme. À Kenya, que muito me ensinou ao longo dessa caminhada. À Júlia, uma amiga tão especial que muito me ajudou a me entender ao longo da vida e desse caminho.

Ao Giovane, inspiração enquanto acadêmico, amigo, e pessoa mais que especial na minha vida, muito obrigada por mostrar-me que a linguagem, muito mais do que comunicar, é sobre sentir. À Carmem, por acreditar neste trabalho, pela profissional indiscutível e pela pessoa maravilhosa com quem tenho o prazer de ter contato.

Aos meus pais, que, somados nessa analogia, seriam 20 metros, mas com toda a certeza representam toda a força que tive e tenho para dar meus passos até hoje.

À tia Rose, primeira pessoa que me apoiou na escolha deste curso. À tia Glória, que dividiu inúmeras vezes meus questionamentos e me aconselhou de forma tão especial.

Aos amigos da vida, da universidade, aos que sempre acreditaram em mim, no meu trabalho, no meu valor, muito obrigada.

À Luísa Canella, à Maria Tereza, ao Carlos Zambeli, muito obrigada pela referência profissional e pessoal, além do privilégio de tê-los como exemplos nessa caminhada.

E a quem chega agora, que sei que é para permanecer, meu amigo e namorado, Felipe. Obrigada por cada FaceTime, por cada conversa, por cada choro que termina em risada, por ir a Barcelona e nos reencontrarmos nessa vida.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo verificar como a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste pode auxiliar a compreensão das competências basilares da avaliação da prova de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Muito se discute sobre as competências e habilidades que permeiam o processo avaliativo, considerado hoje como o mais importante, a nível nacional, para o ingresso no ensino superior. Além de permitir ao estudante a entrada no âmbito acadêmico, o ENEM é uma prova que abre precedentes essenciais para entender seu contexto de criação, suas alterações ao longo dos anos – moldando-se conforme as necessidades educacionais do país – e os critérios que norteiam a avaliação da prova em geral. Além disso, tem-se como pressuposto que as tendências linguísticas atuais no Brasil de abordagem de texto e de processos avaliativos de texto buscam dialogar com perspectivas enunciativas. Como uma das perspectivas linguísticas enunciativas consideradas relevantes para o estudo da língua em emprego é a de Émile Benveniste, este trabalho procura entender os critérios avaliativos da prova de redação do exame, e, a partir deles, analisar se é possível teoria enunciativa de Benveniste contribuir para o entendimento das competências da grade de avaliação do texto dissertativo do ENEM, ou seja, verificar como as reflexões enunciativas do linguista podem ser utilizadas em abordagens explicativas sobre esses critérios avaliativos. A fim de cumprir o objetivo, este trabalho foi dividido em três capítulos: o primeiro versa sobre informações gerais sobre o ENEM, os critérios avaliativos do texto identificados na cartilha do participante (à qual todos têm acesso), além de um contexto geral sobre as mudanças ocorridas ao longo da aplicação do exame; o capítulo dois apresenta a teoria de Benveniste a partir de textos selecionados de *Problemas de Linguística Geral I e II*; por fim, o capítulo três aborda a análise das competências explicadas no capítulo um pelo viés benvenistiano.

Palavras-chave: ENEM; Teoria da Enunciação; redação.

ABSTRACT

This paper aims to analyze how Émile Benveniste's Theory of Enunciation can help understanding the fundamental adjustment skills that aid the written essay section of the National High School Examination (ENEM). There is a debate about the abilities and skills that pass through the evaluation process, which is considered today, in a national level, as the most important one for college admission. In addition to allow a student to attend college, ENEM is a test that creates essential precedents for understanding its creation, its changes over the last years – shaped according to Brazil's educational needs – and the criteria that guides its evaluation. In addition, it is assumed that the current linguistic tendencies in Brazil of text approach and text evaluation processes seek to dialogue with discursive perspectives. As one of the enunciative linguistic perspectives considered important to languages study is Émile Benveniste one, this paper attempts to comprehend the evaluation criteria of the writing essay section, and to analyze if it is possible that Benveniste enunciative theory can contribute to the understanding of the skills shown in the evaluation form at ENEM written essay, that is to say, if the linguist's reflections can be used as a background to comprehend the Exam's criteria. In order to organize the analysis, this study has been divided into three chapters: the first one is about general information about ENEM, the text's evaluative criteria identified in the Participant's Booklet (to which everyone has access), as well as a clarification about all of the changes that have been occurring during the exam existence; Chapter Two presents Émile's theory from selected texts of *Problems in General Linguistics* I and II; lastly, Chapter Three addresses the analysis of the skills explained in Chapter One by the benvenistian bias.

Keywords: ENEM; Theory of Enunciation; Written essay.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO UM	9
A PROVA DE REDAÇÃO DO ENEM: CONTEXTUALIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS DE AVALIAÇÃO	9
1.1 Contexto e princípios balizadores da prova	9
1.2 As competências de avaliação: aspectos envolvidos	14
1.2.1 Competência 1	15
1.2.2 Competência 2	16
1.2.3 Competência 3	17
1.2.4 Competência 4	19
1.2.5 Competência 5	20
CAPÍTULO DOIS	23
A TEORIA DA LINGUAGEM DE ÉMILE BENVENISTE OFERECE SUBSÍDIOS PARA A COMPREENSÃO DAS COMPETÊNCIAS DE AVALIAÇÃO DA REDAÇÃO DO ENEM?	23
2.1 A Teoria da linguagem de Benveniste.....	24
2.2 Eixo da (inter)subjetividade	26
2.3 Eixo da forma e do sentido.....	28
2.4 Eixo do aparelho formal.....	30
2.5 Eixo indivíduo-língua-sociedade	32
CAPÍTULO TRÊS.....	34
COMO A TEORIA DA LINGUAGEM DE BENVENISTE CONTRIBUI PARA A COMPREENSÃO DAS COMPETÊNCIAS DA REDAÇÃO DO ENEM.....	34
CONCLUSÃO.....	41
REFERÊNCIAS.....	43

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo verificar os parâmetros de avaliação da prova de Redação do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) à luz da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste. Com isso, espero contribuir, de um lado, para o entendimento das competências avaliativas dessa prova e, de outro lado, trazer mais elementos para os estudos enunciativos, principalmente para aqueles ligados à avaliação de textos pelo viés benvenistiano.

O interesse por este estudo surgiu a partir da minha experiência em sala de aula como professora de redação. Diversas vezes questionei-me sobre as competências basilares da prova, além de muitas discussões serem criadas a partir disso, uma vez que a autoria contemplada na prova de redação do exame gerava no aluno do pré-vestibular uma desconfiança nos critérios avaliativos¹. Enquanto professora, entender o ENEM, entender a redação, suas competências e habilidades exigidas é indispensável para meu trabalho e reforça meu interesse em seguir essa pesquisa essencial à compreensão do que se espera do ensino brasileiro, da forma como o estudante é preparado para o processo seletivo em destaque.

A prova do Exame Nacional do Ensino Médio, a cada ano, é aprimorada; por isso, é necessário compreender os critérios avaliativos do texto dissertativo-argumentativo, já que estes norteiam a avaliação da prova de Redação do exame, que é uma etapa importante da educação brasileira. Assim, o ensino de Língua Portuguesa e a reflexão da língua materna auxiliam o entendimento do gênero *redação*, pois o domínio desse gênero é condição para o aluno ingressar na universidade e abrir-se ao mundo acadêmico, do qual acreditamos que todos têm direito, além de ser indispensável para o desenvolvimento comunicativo do estudante brasileiro.

Émile Benveniste, linguista sírio, naturalizado francês, referência por sua obra interdisciplinar, pontua o caráter fundamental da linguagem nas ciências do homem, por discutir a subjetividade inscrita *na e pela* linguagem e refletir sobre a relação de quem enuncia com outro e com a sociedade onde vive. Por isso, considero que sua abordagem enunciativa pode ser uma abordagem, entre tantas abordagens da língua em emprego, com contribuições para o entendimento dos critérios avaliativos da prova de redação. A partir de sua Teoria da Enunciação e de suas reflexões, considero importante analisar as competências norteadoras da redação do ENEM e, assim, relacioná-las a essa perspectiva enunciativa como forma de auxílio tanto para avaliadores quanto para estudiosos e participantes do exame em questão.

¹ Em nosso estudo, estamos considerando os termos "critérios" e "parâmetros" são usados como equivalentes.

A proposição de contribuições da perspectiva enunciativa de Émile Benveniste para as grades avaliativas tem preocupados estudiosos do campo do texto pelo viés enunciativo. É o caso do trabalho de Knack e Oliveira (2017), que buscaram propor uma perspectiva enunciativa de avaliação de textos acadêmicos escritos em contexto de ensino-aprendizagem de língua materna na Universidade. Por isso, os autores defendem, em contexto de sala de aula da universidade, que a avaliação se constitui como um ato enunciativo que instancia a intersubjetividade na relação professor-aluno, na relação aluno-aluno e na auto-avaliação do aluno, que envolve o diálogo entre esse aluno como produtor, num primeiro momento, e como leitor, em um segundo momento. Além disso, valorizam a cultura instanciada na língua-discurso, a situação criadora de referência e os instrumentos linguísticos mobilizados para a produção de sentidos, apreendidos no plano global e analítico do texto escrito. O estudo que proponho, embora dialogue com o dos autores sobre a relação entre avaliação e enunciação, não envolve uma proposta de grade avaliativa, mas a análise de uma grade de avaliação já pronta para verificar possíveis implicações da perspectiva benvenistiana para o entendimento dessa grade e mostrar contribuições para a explicação dos elementos envolvidos nos critérios avaliativos para professores e participantes da prova do ENEM.

Para cumprir o objetivo do estudo, o trabalho está estruturado do seguinte modo:

- Capítulo 1: contexto da prova de redação do ENEM, além de exposição de suas competências.
- Capítulo 2: princípios da Teoria da Enunciação de Émile Benveniste
- Capítulo 3: análise das competências avaliativas a partir dos princípios basilares benvenistianos.

Reforço aqui a importância das escolhas deste trabalho, o método de estruturação, além da relação com outras teses que versam sobre a análise da prova de redação do ENEM. Para contribuirmos com esses estudos, passamos agora à leitura de cada capítulo, bem como à argumentação detalhada deste trabalho de conclusão.

CAPÍTULO UM

A PROVA DE REDAÇÃO DO ENEM: CONTEXTUALIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS DE AVALIAÇÃO

Este capítulo tem o propósito de contextualizar a prova de Redação do ENEM, bem como enfatizar as competências de avaliação desse gênero discursivo. O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem como base avaliar, anualmente, o desempenho educacional do aluno ao término da escolaridade básica (tanto concluinte quanto egresso), e, por meio dela, ingressar no ensino superior. Desde sua criação, em 1998, até o último ano de sua aplicação avaliado por este trabalho (2017), as mudanças ocorridas nos critérios de avaliação da prova de redação demonstram a presença de reflexões atualizadas sobre texto a partir de diferentes perspectivas textuais, o que evidencia progressos no sistema educacional brasileiro. Nesse viés, a redação nesse processo seletivo mostra-se imprescindível para compreender o aluno, sua perspectiva de mundo e o ambiente em que está inserido, ao considerar nosso país extenso e desigual.

1.1 Contexto e princípios balizadores da prova

Entender o contexto e os princípios balizadores do ENEM é essencial para o desenvolvimento desse trabalho. Contextualizar é apresentar tudo o que está ao redor de algo para possibilitar a análise; por isso, é necessário trazer o momento em que o exame foi criado, além de, posteriormente, entender suas alterações para suprir as necessidades de novos tempos. Ademais, o contexto é condição indispensável para identificar quais princípios foram levados em consideração para nortear os critérios avaliativos da prova em questão.

Desse modo, neste item, apresentamos o contexto e os princípios balizadores da prova do ENEM. Em um primeiro momento, colocamos as diretrizes oficiais de realização da prova e, em um segundo momento, as competências e os aspectos envolvidos na análise e avaliação da prova de redação.

O Ministério da Educação, ao divulgar o documento oficial, no ano de 1998 (data de sua criação), descreve o Exame Nacional e aponta, já na introdução, que

O ENEM será realizado anualmente, com o objetivo fundamental de avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento das competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania.

As tendências internacionais, tanto em realidades mais próximas da nossa como nas mais distantes, acentuam a importância da formação geral na educação básica, não só para a continuidade da vida acadêmica como, também, para uma atuação autônoma do sujeito na vida social, com destaque à sua inserção no mercado de trabalho, que se torna mais e mais competitivo. Esta formação deve ser compreendida como uma sólida aquisição dos conteúdos tradicionais das ciências e

das artes associada ao desenvolvimento de estruturas capazes de operacionalizá-los no enfrentamento de problemas apresentados pela realidade social, cada vez mais complexa, e numa dinâmica de tempo progressivamente acelerada. (ENEM, INEP, MEC, 1998, p. 1)

Logo, o ENEM demonstra sua importância, desde os primeiros exames, ao abranger todas as áreas do conhecimento, além de preocupar-se com os princípios científicos e tecnológicos, as formas da linguagem, além dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia essenciais para compreendermos o mundo contemporâneo.

Historicamente, a prova era composta por sessenta e três questões objetivas de múltipla escolha, envolvendo todas as matérias, e uma redação; o processo era realizado num único dia com duração de quatro horas. Ademais, já no primeiro exame havia o desejo de mantê-lo como prova anual e, para efetuar sua inscrição, o aluno já precisava responder ao questionário socioeconômico, o que reforça o caráter criterioso do processo: além de avaliar o domínio de conhecimento do estudante brasileiro, é preciso fazer um levantamento das condições econômicas e sociais onde vive, se há estímulo, além de um ambiente propício para seu desenvolvimento estudantil.

Não só o questionário socioeconômico já fazia parte do primeiro ENEM, mas também a Matriz de Competências e Habilidades. Tal tópico foi desenvolvido para definir os pressupostos do exame; criada por um grupo de profissionais da educação – “*especialistas em psicologia do desenvolvimento, pesquisadores e professores das diferentes áreas de conhecimento e especialistas em psicometria - a partir de um projeto elaborado e coordenado pelo INEP*” (página 6, documento oficial de 1998). Ainda, o exame reforça seu objetivo: construir e reconstruir significados de maneira contínua ao estabelecer relações de múltipla natureza, individuais e sociais. As competências e as habilidades gerais próprias do aluno, em seu desenvolvimento cognitivo, são avaliadas juntamente aos conteúdos propostos ao ensino fundamental e médio norteados pelo texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais, os textos da Reforma do Ensino Médio e as Matrizes Curriculares de Referência para o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica).

Vale reforçar a definição trazida pelo documento do entendimento de *competência e habilidade*. A primeira envolve a estruturação da inteligência, ou seja, como agimos e operamos cognitivamente para estabelecer relações *com* e *entre* objetos, situações, fenômenos e pessoas; a segunda envolve ações relacionadas às competências e marca o plano imediato do

fazer. Ela se aperfeiçoa e se articula, reorganizando as competências para melhor vivência do aluno.

Em 2009, o ENEM passa por uma reformulação e a proposta de unificar o acesso ao ensino superior começa a ganhar espaço no cenário educacional brasileiro. Para isso, novas habilidades foram acrescentadas na prova, assim como uma nova distribuição das competências e conteúdos avaliados. De 63 questões e uma redação, passa-se a avaliar os alunos a partir de quatro áreas do conhecimento, as quais, juntas, englobam os conteúdos estudados nos três anos do ensino médio brasileiro: Ciências Humanas e suas tecnologias (História, Geografia, Filosofia e Sociologia), Ciências da Natureza e suas tecnologias (Química, Física e Biologia), Matemática e suas tecnologias (Matemática) e Linguagens e suas tecnologias (Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira – Inglês ou Espanhol –, Artes, Educação Física). Cada área tem 45 questões objetivas, totalizando 180 questões mais uma redação. As provas são divididas em dois dias: no primeiro, realizam-se noventa questões (45 de Linguagens e 45 de Ciências Humanas) e a redação em até cinco horas e meia; no segundo dia, realizam-se as outras noventa questões em até cinco horas (45 de Matemática e 45 de Ciências da Natureza).

Esse novo formato reforça a necessidade de estudar todos os critérios envolvidos para a realização do exame, já que, em 1998, foram 157 mil inscritos e, em 2009, passa-se a ter 4.148.721 de inscrições confirmadas, atingindo o máximo de 9,2 milhões de inscrições confirmadas em 2016. Esse crescimento é justificado, em especial, pela criação de alguns programas nacionais de acesso à universidade, os quais democratizaram tal etapa do ensino; dentre eles, o ProUni (Programa de Universidade para Todos), em 2005, passa a conceder bolsas de estudos parciais e integrais em instituições privadas a partir das notas do ENEM, o SiSU (Sistema de Seleção Unificada), em 2010, é utilizado como principal forma de ingresso em grande parte das universidades federais brasileiras, e o Fies (Fundo Financiamento Estudantil), que exigia uma pontuação mínima para financiar parte da graduação diretamente pelo governo com a prerrogativa de que o pagamento só começa a ocorrer após a conclusão do curso. Por conseguinte, entende-se a relevância do exame, o qual, além de estimular o acesso ao ensino superior e proporcionar uma valorização ao estudo, busca democratizar a oportunidade de entrada nas principais universidades brasileiras, diminuindo desigualdades sociais que, por anos, marcaram tal etapa educacional.

Nessa linha de inclusão social, comparece a importante preocupação com a leitura, a compreensão, a interpretação e a produção de textos, aqui, com foco na etapa da redação. O entendimento de que a Língua Portuguesa é mais uma dentre as várias áreas indispensáveis

para o desenvolvimento pedagógico, até a última aplicação do exame em 2017 avaliada por este trabalho, marca o princípio balizador referido: o conhecimento como um todo efetivamente aprendido pelo aluno é identificado na sua autonomia e julgamento de ações, de atitudes, demonstrando valores e possibilidades de mudanças na resolução de situações-problema que se aproximam das condições reais de convívio social e de trabalho individual e coletivo do aluno. As cinco competências e 21 habilidades foram sendo pensadas e aprimoradas ao longo do tempo e da aplicação do exame, uma vez que tal processo acompanha o desenvolvimento e ressignificação pelos quais a sociedade passa.

A partir disso, analisam-se os critérios da prova de redação, que, desde 2001 passa a ser mais específica, com explicações dos critérios de avaliação. Segue trecho do documento oficial sobre essa prova:

A proposta de redação do ENEM apresentará um tema de ordem social, cultural ou político para ser debatido pelo aluno em forma de um texto dissertativo/argumentativo.

Assim, na construção do texto, o aluno deverá:

- Demonstrar o domínio básico da norma culta da língua escrita.
- Compreender o tema proposto e aplicar conceitos de várias áreas de conhecimento para explicá-lo, defendê-lo ou contradizê-lo, desenvolvendo-o dentro dos limites estruturais do texto dissertativo/argumentativo.
- Selecionar, organizar e relacionar os argumentos, fatos e opiniões apresentados em defesa de sua perspectiva sobre o tema proposto.
- Construir argumentações consistentes para defender seu ponto de vista.
- Elaborar propostas de intervenção sobre a problemática desenvolvida, mostrando respeito à diversidade de pontos de vista culturais, sociais, políticos, científicos e outros. (ENEM, INEP, MEC, 1998, p. 12)

Posteriormente, serão apresentados os critérios de avaliação da redação do ENEM 2017, o que evidenciará que a proposta inicial de avaliação mantém-se, mesmo passados 19 anos de sua primeira aplicação, salvo algumas adaptações para acompanhar as mudanças do ensino brasileiro e, conseqüentemente, da prova em questão. A seguir inserimos o quadro com os critérios de avaliação da Redação.

Modelo de Análise² de Desempenho na Redação³:

Competência	Critério	Peso
1	Demonstrar o domínio básico da norma culta da língua escrita.	2
2	Compreender o tema proposto e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para explicá-lo, defendê-lo ou contradizê-lo, desenvolvendo-o dentro dos limites estruturais do texto dissertativo/argumentativo.	3
3	Selecionar, organizar e relacionar os argumentos, fatos e opiniões apresentados em defesa de sua perspectiva sobre o tema proposto.	2
4	Construir argumentações consistentes para defender seu ponto de vista.	2
5	Elaborar propostas de intervenção sobre a problemática desenvolvida, mostrando respeito à diversidade de pontos de vista culturais, sociais, políticos, científicos e outros.	1

Para fins deste trabalho não se tornar extenso e manter seu objetivo inicial, comparar-se-ão os critérios da redação do primeiro documento citado acima, bem como seus tópicos avaliativos, com o edital de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 10 de abril de 2017, e com o manual de redação publicado na cartilha do participante pelo INEP em outubro de 2017, o qual divulga a matriz de referência para a redação 2017. Sobre o primeiro documento, segue um resumo abaixo, e o segundo será apresentado no próximo tópico deste trabalho, visto que serão explicados todos os aspectos envolvidos nas competências de avaliação da matriz analisada.

No primeiro documento, são apresentadas as diretrizes para a avaliação da prova, cuja nota varia de 0 (zero) a 1000 (mil). A redação, corrigida por dois avaliadores, de maneira independente, terá atribuição de nota 0 (zero) a 200 (duzentos) pontos para cada uma das cinco competências. A nota de cada avaliador será a nota da soma atribuída a cada uma das competências. Caso houver uma discrepância de mais de 100 pontos, entre um avaliador e outro, na nota total ou, se em alguma das competências essa discrepância for superior a 80

² Como esta tabela foi publicada em 1998, vale o reforço de que, antes, havia pesos para identificar as competências de maior valor; a partir de 2009, todavia, todas as competências passam a ter a mesma importância.

³ Tabela retirada do Documento Básico do ENEM, divulgado pelo ENEM, INEP, MEC em 1998, p. 14.

pontos, haverá avaliação por um terceiro avaliador. Caso a discrepância continue, a nota do participante será a soma aritmética dos dois avaliadores que tiverem nota mais próxima. Caso não haja discrepância, a nota do participante será a média aritmética dos dois avaliadores.

Sobre o zero, as diretrizes pontuam o seguinte: 1) que não atenda à proposta de redação solicitada ou à estruturação textual dissertativo-argumentativa, que será considerada, nesses casos, fuga ao tema/não atendimento à estrutura textual; 2) que não escreva o texto na Folha de Redação, que será considerada, nesse caso, como “Em branco”; 3) que apresente até 7 (sete) linhas, qualquer que seja o conteúdo, fato que configurará “Texto insuficiente”; acrescente-se a isso que cópia dos textos motivadores terão as linhas desconsideradas; haverá, nesse caso, desconto na contagem do número de linhas; 4) que apresente impropérios, desenhos e outras formas propositais de anulação, bem como desrespeite os direitos humanos, fatos que levarão a redação a ser considerada “Anulada”; 5) que apresente parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto, fato que levará a redação ser considerada “Anulada.”

1.2 As competências de avaliação: aspectos envolvidos

A criação do guia do participante explanando sobre a redação tem por base explicitar os critérios de avaliação envolvidos nessa parte do processo seletivo do ENEM. A fim de tornar a avaliação mais objetiva, o INEP (Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais) e o MEC (Ministério da Educação) justificam a separação da nota em competências, as quais recebem o mesmo peso, uma vez que entendem que o texto é uma unidade de sentido e todos os aspectos inter-relacionam-se para constituir a textualidade.

Vale ressaltar que, ainda que a banca de avaliação das redações tenha sido alterada em 2017 para a Fundação Vunesp (Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”), as bases para tal processo seguem o padrão estipulado pelo MEC e pelo INEP⁴.

⁴ Na página quatro da cartilha é possível identificar as instituições que fazem parte do aprimoramento do material no ano de 2017, com a seguinte equipe técnica: Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb); revisão externa: Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Fundação Vunesp; equipe editoração: Diretoria de Estudos Educacionais (Direde).

Abaixo, os aspectos envolvidos de cada competência norteadora e breve análise estrutural a partir do manual de redação publicado na cartilha do participante pelo INEP em outubro de 2017, o qual divulga a matriz de referência para a redação 2017⁵.

1.2.1 Competência 1⁶

Essa competência é definida como “*Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa*”, ou seja, avalia o nível da escrita formal da língua portuguesa pelo candidato. A tabela a seguir foi retirada da página 14 da mesma cartilha e apresenta os seis níveis de desempenho que foram utilizados para avaliar esta competência.

Figura 1 - Níveis de desempenho

200 pontos	Demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita serão aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizarem reincidência.
160 pontos	Demonstra bom domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro, com poucos desvios gramaticais e de convenções da escrita.
120 pontos	Demonstra domínio mediano da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro, com alguns desvios gramaticais e de convenções da escrita.
80 pontos	Demonstra domínio insuficiente da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com muitos desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.
40 pontos	Demonstra domínio precário da modalidade escrita formal da língua portuguesa, de forma sistemática, com diversificados e frequentes desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.
0 ponto	Demonstra desconhecimento da modalidade escrita formal da língua portuguesa.

A partir desse quadro, nota-se a importância do uso adequado da gramática e do léxico. A proposta da redação do ENEM, ao criar essa competência para avaliação, enfatiza a necessidade de conhecer sua língua, suas regras para que, ao analisá-las, possa-se identificar domínio e propriedade dos conhecimentos linguísticos indispensáveis para a construção do texto. Nitidamente o ENEM busca, acima das escolhas lexicais, avaliar o conhecimento de mundo adquirido ao longo dos anos de desenvolvimento educacional (Ensino Fundamental e Médio); todavia, é imprescindível que as escolhas lexicais façam sentido com a escolarização exigida, visto que ela é quem corrobora o repertório cultural e lexical construído na vida escolar pelo candidato.

⁵ A cartilha do participante divulgada pelo INEP em 2018 não será analisada, uma vez que só foi publicada em outubro deste ano, e este trabalho já estava em processo avançado. Ademais, as alterações não interferem na linha de nossa pesquisa.

⁶ A tabela referente a esta competência foi retirada da Cartilha do Participante de 2017, p. 14.

Em suma, a reflexão gramatical torna-se parte integrante da nota do aluno, uma vez que, além de assinalar o domínio da língua materna, reforça a habilidade do aluno em conseguir utilizá-la a favor da construção do texto solicitado pelo exame. Um aspecto importante que vai ao encontro das competências e habilidades exigidas pela prova de linguagens é a escolha de registro, isto é, o ENEM reconhece a variação linguística como positiva, desde que respeite o contexto situacional: a linguagem coloquial é aceita em conversas informais, por exemplo; já na redação, o domínio da norma culta é exigido.

1.2.2 Competência 2⁷

A seguir, inserimos o quadro com os aspectos de avaliação relacionado à competência 2, a qual envolve o domínio do tema e a mobilização de informações socioculturais e o domínio da estruturação do texto dissertativo-argumentativo.

Figura 2 - Avaliação Competência 2

200 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo, e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo.
160 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente e apresenta bom domínio do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.
120 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação previsível e apresenta domínio mediano do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.
80 pontos	Desenvolve o tema recorrendo à cópia de trechos dos textos motivadores ou apresenta domínio insuficiente do texto dissertativo-argumentativo, não atendendo à estrutura com proposição, argumentação e conclusão.
40 pontos	Apresenta o assunto, tangenciando o tema, ou demonstra domínio precário do texto dissertativo-argumentativo, com traços constantes de outros tipos textuais.
0 ponto	Fuga ao tema/não atendimento à estrutura dissertativo-argumentativa. Nestes casos, a redação recebe nota zero e é anulada.

Essa competência é descrita como “*compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa*”. Desse modo, são aferidas as habilidades de leitura do tema da proposta pelo participante por meio de atualização dessa leitura em escrita de uma redação sobre o tema. Essa mobilização temática ocorre também com o reconhecimento do universo sociocultural pelo participante. Além da temática, é postulada a capacidade de o participante elaborar o texto solicitado na proposta, que envolve a estruturação dissertativo-argumentativa a partir de um problema de ordem social, econômica ou cultural. Desde o novo modelo implementado, em 2009, a tese dissertativa precisa

⁷ A tabela referente a esta competência foi retirada da Cartilha do Participante de 2017, p. 19.

relacionar-se ao problema apresentado e, além disso, buscar alternativas para minimizá-lo. A nota do candidato é reduzida, conforme as suas dificuldades maiores ou menores no domínio da temática e da estruturação do texto dissertativo-argumentativo e, também, o quanto é identificado o esforço pela autoria, ou seja, o modo como o aluno marca-se subjetivamente para desenvolver e argumentar seu ponto de vista; tal aspecto é recomendado na própria cartilha, que é pontual: “*Evite ficar preso às ideias desenvolvidas nos textos motivadores*”, “*Não copie trechos dos textos motivadores*” e “*Utilize informações de várias áreas do conhecimento*”, ou seja, todos esses comentários reforçam a necessidade de identificar a voz do aluno, o seu olhar de mundo a partir do tema proposto.

Vale ressaltar que, passados anos de aprimoramento da avaliação da prova, torna-se indispensável relacionar a tese desenvolvida no que se busca intervir nos parágrafos seguintes, ou seja, o avaliador precisa identificar qual a tese do estudante, se ela garante o investimento autoral necessário e se, ao longo da justificativa, entende-se que a proposta de intervenção subsequente estará relacionada à problemática desenvolvida. Caso não seja encontrada relação direta entre tese e intervenção, o candidato será descontado nesta competência.

Uma observação importante é que, ao analisar a tipologia textual dissertativa-argumentativa que serve de base para a redação do ENEM, existe uma flexibilidade em relação a alguns aspectos formais desse tipo: o título é opcional (além de contabilizar no número final de linhas) e o número mínimo de linhas é 7 – aqui, pontua-se uma crítica: exigir de um candidato que defenda um posicionamento, justifique sob a ótica da realidade, utilize nexos variados, apresente as causas de um problema, além de buscar alternativas para minimizá-lo com esse número de linhas faz com que, em diversos momentos, a credibilidade dos critérios seja posta à prova. Ainda assim, os textos publicados como *exemplares* nas cartilhas divulgadas pelo INEP deixam claro que, embora não haja uma cobrança efetiva a esse aspecto, o destaque será mantido aos textos que respeitarem tais critérios estruturais.

1.2.3 Competência 3⁸

Esta competência é definida como a capacidade de “*selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista*”, isto é, avalia como o estudante apresenta a posição assumida em relação ao tema proposto. A cartilha do participante assinala: “*A Competência 3 trata da inteligibilidade do seu texto, ou seja, de sua coerência e da plausibilidade entre as ideias apresentadas, o que é garantido*

⁸ A tabela referente a esta competência foi retirada da Cartilha do Participante de 2017, p. 21.

pelo planejamento prévio à escrita, pela elaboração de um projeto de texto.” (Página 19, Redação no ENEM 2017, Cartilha do Participante)

Por conseguinte, alguns fatores como a relação de sentido entre as partes do texto, a seleção de argumentos, a progressão temática, a adequação entre o conteúdo do texto e o mundo real são determinantes para garantir as exigências de tal competência.

O quadro a seguir traz os aspectos relacionados à competência 3, que envolve a aferição da capacidade de o candidato mobilizar fatos e opiniões para a construção de um ponto de vista próprio e autoral.

Figura 3 - Avaliação Competência 3

200 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista.
160 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, de forma organizada, com indícios de autoria, em defesa de um ponto de vista.
120 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, limitados aos argumentos dos textos motivadores e pouco organizados, em defesa de um ponto de vista.
80 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, mas desorganizados ou contraditórios e limitados aos argumentos dos textos motivadores, em defesa de um ponto de vista.
40 pontos	Apresenta informações, fatos e opiniões pouco relacionados ao tema ou incoerentes e sem defesa de um ponto de vista.
0 ponto	Apresenta informações, fatos e opiniões não relacionados ao tema e sem defesa de um ponto de vista.

Essa competência envolve a constituição do ponto de vista em um texto pelo participante e a relação desse ponto de vista com a autoria. Nesse caso, a articulação de fatos e opiniões de modo pertinentes contribui para avaliar a capacidade do participante em organizar o texto, valendo-se não somente dos textos motivadores, mas evidenciando autoria em uma argumentação própria para a construção de um ponto de vista singular no texto. Os aspectos utilizados para atribuir a nota revelam o cuidado que o participante deve ter ao apresentar informações, já que não pode apenas descrevê-las, é preciso defender seu posicionamento em relação ao abordado. Além disso, o repertório cultural que é exigido ao longo das outras provas do Exame, como Linguagens e Ciências Humanas, torna-se componente avaliativo também na prova discursiva. O esforço pela autoria, portanto, também é constituinte das competências. No Capítulo 2 deste trabalho, isso será relacionado com um dos princípios da teoria de Benveniste, principalmente com os textos "Da subjetividade na linguagem", "A forma e o sentido na linguagem" e "O aparelho formal da enunciação".

1.2.4 Competência 4⁹

A competência 4, conforme quadro a seguir, envolve a capacidade de o candidato articular as partes do texto por meio de variados recursos coesivos, ou seja, a capacidade de “*Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.*” A construção textual determina a necessidade de frases e parágrafos que estabeleçam entre si uma ideia que assegure a coerência do texto e a interdependência entre as ideias. Isso tudo é expresso, em especial, por conjunções, preposições, advérbios, classes que, ao se relacionarem, articulam os pensamentos do participante e garantem as inter-relações encontradas em cada parte do texto. A seguir, quadro utilizado para avaliar o aluno a partir do repertório linguístico apresentado.

Figura 4 - Avaliação Competência 4

200 pontos	Articula bem as partes do texto e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.
160 pontos	Articula as partes do texto com poucas inadequações e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.
120 pontos	Articula as partes do texto de forma mediana, com inadequações, e apresenta repertório pouco diversificado de recursos coesivos.
80 pontos	Articula as partes do texto de forma insuficiente, com muitas inadequações, e apresenta repertório limitado de recursos coesivos.
40 pontos	Articula as partes do texto de forma precária.
0 pontos	Não articula as informações.

Nota-se que capacidade do candidato de relacionar elementos do texto por meio de articulação coesiva, de um repertório diversificado de nexos, ou seja, suas marcas linguísticas auxiliam o avaliador a chegar à compreensão máxima do texto. Não só isso, mas também, a partir do projeto de texto avaliado na competência 2, o participante opta, dentre as várias possibilidades de estruturação – comparação, causa-consequência, exemplificação, detalhamento etc. –, como encadeará as ideias em períodos, parágrafos.

Algumas recomendações são feitas após a explicação desta etapa avaliativa na cartilha do participante, a fim de assegurar a coesão textual: evitar a repetição de palavras por meio de:

- pronomes pessoais, possessivos e demonstrativos (ele, sua, isso);
- advérbios (aqui, neste país, lá);

⁹ A tabela referente a esta competência foi retirada da Cartilha do Participante de 2017, p. 24.

- sinônimos (pessoa, cidadão, sujeito, indivíduo);
- expressões resumitivas;
- conjunções (todavia, contudo, uma vez que, portanto, visto que, logo, embora).

Dessa forma, é garantida a inteligibilidade e, por extensão, evita-se um dos erros textuais mais problemáticos: a fragmentação. O fragmento de frase é a ausência de coesão e coerência num período. Tem-se esse problema quando o candidato não identifica uma oração subordinada, por exemplo, e, por conseguinte, não respeita os sinais de pontuação necessários à estruturação formal do parágrafo e a seu encadeamento de ideias. Essa competência envolve a capacidade de o participante agenciar formas para produzir sentidos, questão que discutiremos, principalmente, a partir do texto "A forma e o sentido na linguagem".

1.2.5 Competência 5¹⁰

Esta competência envolve verificar se o participante apresenta uma proposta de intervenção relacionada ao tema da prova e à argumentação apresentada no texto. Para isso, a mobilização de informações do contexto sociocultural retorna como elemento importante de avaliação. Essa competência é definida como *“Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.”* Dessa forma, parece-nos que há o envolvimento da capacidade do participante relacionar seu discurso à sociedade em que vive e, portanto, buscar alternativas para situações-problema vivenciadas pelo brasileiro. A seguir, o quadro abaixo identifica a nota atribuída a essa competência e a justificativa.

Figura 5 - Avaliação Competência 5

200 pontos	Elabora muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
160 pontos	Elabora bem proposta de intervenção, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
120 pontos	Elabora de forma mediana proposta de intervenção, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.
80 pontos	Elabora de forma insuficiente proposta de intervenção, relacionada ao tema ou não articulada à discussão desenvolvida no texto.
40 pontos	Apresenta proposta de intervenção vaga, precária ou relacionada apenas ao assunto.
0 ponto	Não apresenta proposta de intervenção ou apresenta proposta não relacionada ao tema ou ao assunto.

¹⁰ A tabela referente a esta competência foi retirada da Cartilha do Participante de 2017, p. 25.

A partir desses critérios, nota-se que a redação exigida ao aluno é uma unidade com progressão temática muito clara: tem-se um problema, o qual precisa ser identificado na sociedade brasileira, além de exemplificar situações em que ele ocorre; existe a possibilidade de argumentar sobre as causas, sobre as consequências dessa situação; e, por fim, tem-se a proposta de intervenção – que nada mais é do que a busca por uma alternativa ao problema abordado no tema proposto. É essencial retomar que, ainda que tenha deixado de ser critério para zerar esta prova, o respeito aos direitos humanos são citados na cartilha do participante de 2017: “... é necessário também, ao idealizar sua proposta de intervenção, respeitar os direitos humanos, ou seja, não romper com os valores de cidadania, liberdade, solidariedade e diversidade cultural.” Tudo isso reforça o objetivo do exame: uma reflexão sobre a sociedade brasileira a partir de uma situação-problema.

Desse modo, o conhecimento de mundo necessário para minimizar tal fator, o ator social competente para realizar tal ato, o meio de execução e seu possível efeito e, além disso, o detalhamento de algum desses aspectos compõem os critérios determinantes para a avaliação dessa quinta competência. Resumindo, a nota será sobre a presença ou ausência de proposta, a presença ou ausência de detalhamento dos meios para sua realização e o quanto ela é relacionada com a discussão proposta nos parágrafos anteriores.

A questão neste capítulo sobre o contexto da prova de redação do ENEM e sobre os aspectos ligados à avaliação das cinco competências encaminha-nos a pensar sobre como teorias linguísticas podem alicerçar teoricamente um trabalho, como essas cinco competências, ao preparar os participantes para a realização dessa prova; tal preparação envolve o trabalho com leitura e produção de textos dos alunos nos níveis fundamental e médio para que se constituam como sujeitos na linguagem, relacionando língua e a sociedade com a sua cultura desde cedo e ao longo de sua formação enquanto cidadão. Sobre isso, vale fecharmos esse capítulo com a reflexão de Prado e Morato (2016), em um artigo sobre a redação do ENEM. Os autores defendem ser essa produção enunciativa a parte consolidadora das atividades humanas dos participantes. Por isso, consideram importante o entendimento da prova como prática enunciativa e humana em nossa sociedade porque

faz conhecer um sujeito produtor de língua e linguagem, de textos e de discursos e, além disso, também revela que o trabalho com o gênero é imprescindível não somente para os estudos da linguagem, mas para a própria reconstrução da compreensão do homem em seu agir e comunicar-se no e pelo mundo. (PRADO; MORATO, 2016, p. 218).

A nosso ver, esse entendimento da prova como produção enunciativa e prática consolidadora das atividades humanas dos participantes envolve um diálogo teórico do

professor com as perspectivas enunciativas de linguagem, que contribuem para um trabalho metodológico com a leitura e produção de textos. Consideramos que a perspectiva enunciativa de Benveniste pode ser uma das teorias para alicerçar um trabalho que prepare o aluno para as práticas sociais de uso da língua, caso do ENEM. Por isso, no capítulo seguinte, apresentamos os princípios basilares dessa perspectiva para, no último capítulo, verificarmos como cada um desses princípios participa de cada uma das cinco competências do ENEM.

2 CAPÍTULO DOIS

A TEORIA DA LINGUAGEM DE ÉMILE BENVENISTE OFERECE SUBSÍDIOS PARA A COMPREENSÃO DAS COMPETÊNCIAS DE AVALIAÇÃO DA REDAÇÃO DO ENEM?

No Brasil, desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, encontramos esforços para que o texto, ou seja, a língua em emprego concreto, seja o ponto de partida e de chegada no ensino de língua materna e, como tal, espera-se dos participantes do ENEM competências e habilidades relacionadas à sua produção de textos, com a valorização da singularidade tanto na abordagem temática quanto no modo de organizar as formas. Por isso, consideramos importante pensarmos como uma perspectiva enunciativa de linguagem de Émile Benveniste¹¹ pode contribuir para o desenvolvimento de um trabalho voltado para as competências avaliativas da prova de redação desse exame. Sabemos que há outras perspectivas no país de abordagens textuais e que enfatizam o uso da língua; no entanto, como Benveniste aborda o discurso do ponto de vista da singularidade e defende um sujeito constituído *na e pela* linguagem, consideramos que a sua abordagem pode complementar as demais e contribuir para o entendimento das competências e habilidades requeridas do participante nessa prova.

Por isso, neste capítulo, pretendemos produzir/construir princípios da Teoria da linguagem¹² de Émile Benveniste com o propósito de mostrarmos no capítulo 3 como essa teoria pode embasar as competências relacionadas à avaliação do ENEM. Para isso, organizamos o capítulo em eixos temáticos conforme divisão teórica de temas proposta por Flores (2013). Nessa divisão, o autor sugere observarmos três momentos de abordagem da obra de Benveniste que, no nosso trabalho, chamaremos de eixos. São eles o momento pessoa/não-pessoa (Flores, 2013, p. 87); o momento semiótico/semântico (Flores, 2013, 127) e o momento do aparelho formal da enunciação (Flores, 2013, p. 161). Esses momentos são deslocados aqui, respectivamente, como: eixo da (inter)subjetividade, o eixo da forma e do

¹¹ Nascido em 1902, na Síria, mas naturalizado francês em 1924, Émile Benveniste tem formação linguística a partir dos estudos de Ferdinand de Saussure. Sua obra é importante não só para entender o *sujeito* inscrito na linguagem, mas também para entender o discurso no qual esse sujeito se insere. O legado de seus estudos vai muito além da linguística, uma vez que abre para o diálogo com a Filosofia, com a Sociologia, com a Antropologia.

¹² Nosso estudo, centra-se na abordagem enunciativa de Émile Benveniste, considerada uma das "portas" de entrada para a sua Teoria da linguagem. Como a teoria de linguagem do linguista é ampla, vamos nos concentrar na enunciação, embora o sintagma "Teoria da Linguagem" compareça na pesquisa. Isso porque também trataremos de questões gerais dessa teoria de linguagem além de questões específicas do campo da enunciação.

sentido e o eixo do aparelho formal. Além desses eixos, acrescentamos um quarto, a nosso ver, indispensável à teoria, que envolve a relação indivíduo e sociedade por meio da língua.

Ademais, vale ressaltar os estudos de Oliveira (2016) no trabalho de conclusão de curso “Do homem na língua ao sujeito na escrita : bases para um diálogo entre letramento e enunciação”. O autor relaciona, no capítulo dois, a Teoria da Enunciação de Benveniste ao ensino de língua materna. Por mais que nosso trabalho trate dos princípios basilares da avaliação da redação do ENEM, relacionando-os com os estudos benvenistianos, e não diretamente ao ensino de língua materna, as concepções abordadas por Oliveira (2016) abriram importantes paralelos à nossa pesquisa e ao desenvolvimento deste trabalho. Tal associação faz surgir novas pesquisas e motiva-nos a seguir estes estudos.

Assim o capítulo se organiza do seguinte modo: num primeiro momento, apresentamos Benveniste e sua Teoria da linguagem enfatizando as obras *Problemas de Linguística Geral I e II*. E, após, passamos a dividir o capítulo em eixos temáticos: eixo da (inter)subjetividade, o eixo da forma e do sentido, o eixo do aparelho formal e o eixo indivíduo-língua-sociedade.

2.1 A Teoria da linguagem de Benveniste

No início de *Problemas de Linguística Geral I*, Benveniste constrói um panorama sobre os estudos linguísticos que podem ser encontrados no mundo, dando atenção para a multiplicação deles e justifica: isso assinala as grandes transformações que vinham ocorrendo no método e no espírito da linguística, além dos conflitos que a dividiam naquele momento de produção. O autor relaciona o texto às duas principais correntes linguísticas do momento: Bloomfield (1933) com *Language* e Saussure (1916) com *Cours de linguistique générale* e, para fundamentar seu trabalho, aponta três questionamentos:

1. Qual é a tarefa do linguista, a que ponto quer ele chegar, e o que descreverá sob o nome de língua? É o próprio objeto da linguística o que é posto em pauta. 2. Como se descreverá esse objeto? É preciso forjar instrumentos que permitam apreender o conjunto dos traços de uma língua dentro do conjunto das línguas manifestadas e descrevê-los em termos idênticos. Qual será então o princípio desses processos e dessas definições? Isso mostra a importância que assume a técnica linguística. 3. Tanto para o sentimento ingênuo do falante como para o linguista, a linguagem tem como função “dizer alguma coisa”. O que é exatamente essa “coisa” em vista da qual se articula a língua, e como é possível delimitá-la em relação à própria linguagem? Está proposto o problema da significação. (BENVENISTE, 1966, p. 8)

A partir dos estudos das várias correntes da linguística da época e dos questionamentos acima, além da identificação de que a língua é um complexo de propriedades

específicas e particulares, Benveniste acredita que refletir sobre isso auxiliará na delimitação do objeto nos estudos linguísticos e no problema que permeia sua teorização linguística : a significação.

Além disso, embora pareça encerrar aí sua ideia inicial, ele assinala “a linguagem é também um fato humano; é, no homem, o ponto de interação da vida mental e da vida cultural e ao mesmo tempo o instrumento dessa interação.” Tal afirmativa norteia a teoria benvenistiana, que será estruturada em *Problemas de Linguística Geral II*: o homem é constituído *na* e *pela* linguagem; ignorar tal fato levaria a linguística a ignorar um dos trinômios mais importantes de sua constituição: língua, cultura, personalidade, o que, neste trabalho, trataremos como *língua-indivíduo-sociedade*.

Problemas de Linguística Geral II surge da necessidade de manter os estudos de Émile Benveniste. Mantendo as mesmas seis partes presentes em *PLG I*, a sequência surge a partir dos artigos de 1965 e 1972 publicados pelo autor e, mais tarde, organizados por Mönfair e Lejeune "sob cuidadosa supervisão do próprio Émile Benveniste", conforme Prefácio do *PLG II*. No primeiro capítulo dessa obra, é transcrita uma entrevista com Benveniste, no qual ele traz princípios transversais à sua abordagem: a indissociabilidade homem/linguagem e o interesse pela significação, ou seja, princípios basilares de sua teoria.

A ideia de que uma criança aprende uma língua como processo instintivo, por exemplo, esconde, na verdade, o mundo do homem, isto é, apropriar-se da linguagem é considerar todo o conjunto de dados que ela traduz, apropriar-se da língua é identificar todas as possibilidades que ela permite. Dessa forma, se a significação está no domínio do signo (semiótico), ela também está no domínio da língua em ação (semântico). Por isso, se pergunta tanto sobre o lugar do sentido nos estudos linguísticos. É no modo semântico da língua que o sentido se renova, pois é “o processo dinâmico da língua, que permite inventar novos conceitos e por conseguinte refazer a língua, sobre ela mesma de algum modo” (BENVENISTE, p.21). Assim, semiótico e semântico são dois modos de ser língua, para Benveniste, concebidos na forma e no sentido, questão que retomaremos na sequência do estudo.

O interessante é que, para o linguista, é no semântico, no exercício do discurso, que encontramos locutor estabelecendo a relação entre a língua e o mundo, entre ele (locutor) e o outro (alocutário) para "falar de" (produzir referência). É intersubjetividade e referência se constituindo pela relação entre forma e sentido inscrita no universo do discurso, neste estudo

concebido como texto¹³. Sendo assim, adotaremos a divisão abaixo, norteadas pela ótica de Flores (2013), para apresentarmos nosso entendimento da abordagem enunciativa. Para o autor, há três momentos¹⁴ constitutivos da abordagem enunciativa: o momento pessoa/não pessoa; o momento semiótico e semântico e o momento do aparelho formal da enunciação. Seguiremos o autor, no entanto, o momento pessoa/não-pessoa situaremos como "eixo de intersubjetividade", com a escolha de um texto do linguista para reflexão; o momento semiótico e semântico conceberemos como "eixo forma e sentido", com a escolha de um texto do linguista para reflexão e o momento do aparelho formal adotaremos como "eixo do aparelho formal", com a escolha do texto que nomeia o eixo. Além disso, abordaremos aqui um quarto eixo, descrito como “eixo indivíduo-língua-sociedade”.

2.2 Eixo da (inter)subjetividade

Embora Flores (2013) trate o eixo da (inter)subjetividade de Émile Benveniste como vários momentos, explicando os desdobramentos da distinção pessoa/não pessoa, além de sugestões de temas para debate por meio desse viés de pesquisa, nós focaremos este eixo a partir do texto base *Da subjetividade na linguagem* (1958).

Em sua obra *Problemas de Linguística Geral I*, no capítulo 21 (*Da subjetividade na linguagem*), Benveniste insere um problema para discutir: “Qual propriedade da linguagem faz com que ela seja instrumento de comunicação?” (BENVENISTE, 1958, p.284). Para o linguista, a linguagem não pode ser um instrumento de comunicação, porque, se assim fosse, estaria fora do homem como se fosse uma fabricação dele como uma "caneta", "um lápis". O linguista defende, na verdade, o princípio da indissociabilidade entre homem e linguagem e recusa o aspecto instrumental da linguagem: “A comparação da linguagem com um instrumento, (...), deve encher-nos de desconfiança, como toda noção simplista a respeito da linguagem” (BENVENISTE, 1995, p. 285). Isso porque

todos os caracteres da linguagem, a sua natureza imaterial, o seu funcionamento simbólico, a sua organização articulada, o fato de que tem um conteúdo, já são suficientes para tornar suspeita essa assimilação a um instrumento, que tende a dissociar do homem a propriedade da linguagem (BENVENISTE, 1995, p.285).

O linguista é incisivo na relação humana à linguagem: “Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a [...]” (BENVENISTE, 2005a,

¹³ Maiores reflexões a respeito da noção de texto em uma abordagem benvenistiana encontramos em Knack (2012) e Mello (2012).

¹⁴ Vale ressaltar que o termo "momento" foi escolhido por Flores (2013) por uma escolha metodológica, mas não envolve pensar o termo como momento cronológico da abordagem enunciativa benvenistiana.

p.285). De fato, essa concepção de linguagem enquanto instrumento de comunicação deixa o homem separado da linguagem, o que vai totalmente de encontro à proposta de Benveniste: uma linguística que toma como princípio básico o fato de que a linguagem se define no homem e o homem pela linguagem.

A confusão maior de relacionar a linguagem a instrumento talvez se deva ao fato de que, na comunicação humana, algo é trocado pelo vai e vem de palavras. Como a expressão maior da linguagem é transmitir o que o locutor propõe e provocar no interlocutor – sempre um pressupõe o outro – um comportamento, muitos concebem a linguagem como instrumento. No entanto, é a *palavra* que assegura a comunicação a partir de sua atualização em discurso por um locutor que passa a *sujeito*. As trocas cotidianas que fazemos por meio da palavra fazem com que esta assuma um papel de “coisa”, de algo passível de troca. Assim, Benveniste situa o problema e a confusão sobre essa relação, transferindo as propriedades do instrumento à *palavra*, que é materializada e possível de ser trocada.

Sua teoria versa sobre um sujeito de linguagem, pois é *nela e por meio dela* que cada locutor pode se propor como sujeito: “é *na* linguagem e *pela* linguagem que o homem se constitui como sujeito.” (BENVENISTE, 1995, p. 286). A *subjetividade* presente nesta perspectiva é entendida como a capacidade do locutor propor-se como *sujeito*; aqui tem-se a determinação de *pessoa* a partir do *status* linguístico. É em uma realidade de discurso que cada locutor se propõe como pessoa subjetiva (*eu*) e implanta o alocutário, a pessoa não-subjetiva (*tu*). *Eu* e *tu* para realizarem a troca de *palavras* inserem o *ele*, não-pessoa, que mais tarde será considerada referência do discurso, pois diz respeito ao tema dessa troca (do que ou de quem *eu* e *tu* falam). É nessa troca que há a inversão de pessoas: o *eu* que pode se tornar *tu* e o *tu* que pode se tornar *eu*. No entanto, vale ressaltar que as pessoas são constitutivas do discurso e *eu* ocupa uma posição de transcendência por ser o responsável por implantar seu alocutário (seu *tu*). É nessa linha de reflexão que Benveniste fecha o texto:

Muitas noções em linguística, e talvez na psicologia, aparecerão sob uma luz diferente se as restabelecermos no quadro do discurso, que é a língua enquanto assumida pelo homem que fala, e sob a condição de intersubjetividade, única que torna possível a comunicação linguística. (BENVENISTE, 1995, p. 293).

Nessa discussão sobre a subjetividade que se funda na intersubjetividade, vemos Benveniste ampliar a relação *eu* e *outro* para indivíduo e sociedade, pois, para ele, há sempre um movimento dialético e relações mútuas implicadas, lugares onde podem ser descobertos o fundamento linguístico da subjetividade.

A reciprocidade do diálogo é implicada a partir de uma relação dialética entre um *eu* e *tu* – este sendo tratado como um ECO do *eu*. Benveniste enfatiza a importância de entender que é *na* e *pela* linguagem que indivíduo e sociedade se constituem mutuamente. A relação mútua desses termos é o princípio linguístico da subjetividade – concepção necessária para a compreensão da Teoria da Enunciação, visto que caminham juntas nesse campo teórico. Assim, a língua é “a emanção irredutível do *eu* mais profundo do indivíduo” além de ter dupla função à coletividade: ser supraindividual e coextensiva, discussão presente em "Estrutura da língua e estrutura da sociedade."

É nessa linha que consideramos importante verificarmos a existência ou não de diálogo desse eixo nas competências do ENEM. Como o participante do exame faz a passagem para sujeito e como se situa como indivíduo na sociedade? É no capítulo 3 que buscaremos responder a essa questão.

2.3 Eixo da forma e do sentido

Flores (2013) apresenta vários textos importantes de Benveniste sobre este segundo momento o qual ele define como *semiótico e semântico*. Para auxiliar seu debate, Flores trata não só do texto benvenistiano *A forma e o sentido na linguagem* (1966/1967), o qual será o foco deste eixo que iremos dissertar, mas também relaciona esse momento ao texto *Os níveis da análise linguística* (1962/1964) e ao da *Semiologia na língua* (1969).

O capítulo 15 de *Problemas de Linguística Geral II*, intitulado como *A forma e o sentido na linguagem*, presente na quinta parte (*O homem na língua*), inicia com alguns questionamentos necessários sobre a ciência da Linguística: por mais que, num primeiro momento, tal título pareça referir-se mais à filosofia do que à linguagem, a abordagem benvenistianiana será a partir da segunda. Benveniste, de início, problematiza o fato de a Linguística deixar de lado o problema da significação para se centrar na forma e defende que tratará do tema da significação a partir de seu ponto de vista linguístico. Nesse sentido, argumenta que forma e sentido são noções gêmeas e precisam ser consideradas como tal, ou seja, como nascendo juntas na análise do funcionamento da língua. Por isso, diz que a oposição entre forma e sentido é banal, óbvia e até mesmo reducionista, na verdade, ela é necessária ao reinterpretar a oposição desses termos: “vemos então que ela contém em sua antítese o ser mesmo da linguagem, pois eis que de um só golpe ela nos coloca no centro do problema mais importante, o problema da significação.”(BENVENISTE, 1974, p. 222) Se é próprio da linguagem o *significar*, a significação é, então, de grande importância.

A partir disso, Benveniste passa a mostrar sua teorização sobre significação, concebendo dois modos de a língua existir: no domínio semiótico e no domínio semântico. Os dois domínios são pensados na forma e no sentido. No domínio semiótico, o sentido é o reconhecimento nativo de uma unidade como forma distintiva e opositiva em relação às demais. É o reconhecimento de existência no uso, em formas como "chaméu" (não existe) e "chapéu" (existe). Por isso, no domínio semiótico, o signo tem valor genérico e conceitual; são reconhecidos por oposições binárias (casos de fonemas e morfemas, por exemplo), estão fora da relação da língua com o mundo. Dessa forma, entende-se que o domínio semiótico constitui um sistema intralinguístico. Já o domínio semântico envolve a língua em emprego e a comunicação entre interlocutores. É esse domínio que mais exploraremos por trazer o universo do discurso, que contém, é claro, o universo do signo. Portanto, nesse eixo, importamos mais o domínio semântico.

O indivíduo comunica-se por meio de frases. Signo e frases "são mundos distintos e exigem descrições distintas" nos alerta Benveniste (1974, p. 229). Assim, passamos agora a tratar domínio do semântico, que é utilizado para introduzir-nos no domínio da língua em seu emprego e em ação: "Somente o funcionamento semântico da língua permite a integração da sociedade e a adequação ao mundo, e por consequência a normalização do pensamento e o desenvolvimento da consciência."(1974, p.229). Para Benveniste,

É nesse domínio que vemos a língua em sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo [...], transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo: em resumo, organizando toda a vida dos homens. (BENVENISTE, 1974, p.229).

Com a frase, concebida como discurso, Benveniste argumenta que se pode tratar de coisas fora da língua, pois o sentido da frase implica referência à situação de discurso e à atitude do locutor. Por isso, defende que o sentido da frase é a sua ideia enquanto o sentido da palavra é o seu emprego. Esse sentido se realiza formalmente pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que uma palavra exerce sobre as outras. O modo como o locutor agencia forma e as combina produz sentidos particulares (o global: a ideia da frase) e das palavras (pelos empregos). Esse processo é identificado como a sintagmatização, isto é, tudo é estabelecido pela ligação entre os elementos dos enunciados escolhidos para transmitir um sentido, uma circunstância. Esse sentido vem do modo como locutor organiza as formas. Vemos, nesse domínio, que a forma envolve a sintagmatização e sentido (semantização), questão que pode depois ser relacionada ao segundo aspecto da enunciação, conforme Flores (2013).

A frase carrega, assim, o que o locutor quer expressar/quer dizer, ou seja, é a “atualização linguística de seu pensamento” (o intentado) e, conseqüentemente, só existe no instante em que é proferida, como se fosse um acontecimento que desaparecesse logo após ser dita. Aqui vemos o vínculo da frase à noção de enunciação.

É importante lembrar que, para fins de compreensão da “palavra” (objeto do domínio semântico), o *referente* é essencial; é ele que identifica o objeto particular a que a palavra corresponde – o que depende, obviamente do seu uso e da sua circunstância. Benveniste reforça sua importância da referência constituída no discurso ao identificar o sentido individual das palavras, o qual, fora de uma determinada circunstância, pode não ser compreendido. Ou seja,

Se o sentido da frase é a ideia que ela exprime, a referência da frase é o estado de coisas que ela provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar. (BENVENISTE, 1966, p. 231)

Nesse eixo, colocamos em relevo a relação entre forma e sentido. Como esse eixo comparece nas competências do ENEM? É verificado do participante o modo como sintagmatiza formas para produzir sentidos particulares? Como o participante produz uma ideia (sentido global) para o seu discurso a partir do emprego das palavras? São questões que verificaremos no capítulo 3.

2.4 Eixo do aparelho formal

O terceiro eixo deste capítulo, intitulado como Eixo do aparelho formal, aborda uma reflexão sobre a enunciação, discurso e sujeito. Flores apresenta-nos este terceiro momento como: *o aparelho formal da enunciação*. Abaixo, uma análise sobre o aparelho formal de Benveniste e, posteriormente, há uma relação deste eixo com a semantização apresentada no tópico 2.3 deste trabalho.

Ao estudar a teoria benvenistiana, precisamos definir alguns conceitos importantes para compreender seu trabalho. Benveniste vai além do emprego das formas linguísticas, já que afirma que o emprego da língua difere do emprego daquelas. A enunciação, propriamente, é o colocar em prática a língua a partir de um ato individual de uso. O autor cita em sua obra “O aparelho formal da enunciação” (capítulo 5 de *Problemas de Linguística Geral II*, 1965/1972) que o emprego das formas não é idêntico às condições de emprego da língua, visto que “são dois mundos diferentes”. Com tal afirmativa, ele postula a importância de entender alguns conceitos que permeiam seu trabalho e que são importantes para esta tese.

O discurso produzido, é o modo mais claro de manifestar a enunciação, é definido pelo precursor da Teoria da Enunciação como “*o ato individual de utilização da língua*”, que origina o discurso. É isto que mobiliza a língua do locutor. Assim, identificamos o locutor como *sujeito* e estabelecemos uma relação de interlocução (*eu-tu*) necessária neste processo de instrumentação dos caracteres linguísticos.

Além disso, é válido ressaltar alguns aspectos apresentados no capítulo cinco de *Problemas de Linguística Geral II* que auxiliam o estudo desse *processo enunciativo* (grifo meu).

Em primeiro lugar, a realização vocal da língua é a emissão e percepção de sons como atos individuais de fala, isto é, por mais que busquemos diminuir um ou outro traço individual de produção, como as situações enunciativas são diversas – e específicas –, nunca um som é reproduzido exatamente igual.

Em segundo lugar, a enunciação pressupõe algumas especificidades, dentre elas, a conversão da língua em discurso, isto é, como formar sentido a partir de palavras? Semantizar a língua é uma das referências importantes do trabalho de Benveniste, já que está no centro do aspecto da enunciação.

Por fim, em terceiro lugar, é importante definir a enunciação no quadro formal de sua realização, ou seja: cada manifestação individual que atualiza o processo enunciativo pode definir a identificação dos caracteres formais do processo. Nesse quadro formal, Benveniste destaca o ato, a situação e os instrumentos.

O ato envolve o modo como o locutor se declara como sujeito e como implanta o outro (o interlocutor) diante de si; a situação de discurso está relacionada ao modo como a língua se acha empregada para o locutor constituir a referência no discurso e possibilitar ao outro co-referir e os instrumentos linguísticos utilizados (formas, procedimentos e funções sintáticas como interrogação, asserção e interrogação) atestam a posição do locutor no discurso e o modo como ele faz a passagem para sujeito.

Se a língua é empregada na enunciação “para a expressão de uma certa relação com o mundo”, a apropriação dela é a necessidade de, pelo discurso, referir para possibilitar o *co-referir*. Ademais, marcar-se enquanto sujeito no discurso é, acima de tudo, identificar-se no mundo como *eu* e, por consequência, identificar no mundo um *tu*, sujeitos indispensáveis para o discurso.

Logo, a enunciação é a atualização de um discurso via aparelho formal da língua, para que se constitua um aparelho formal de enunciação particular em cada discurso produzido,

conforme Flores (2013). Nesse sentido, podemos pensar que a autoria e a singularidade¹⁵ de uma redação de um participante do ENEM podem estar vinculadas à constituição de um aparelho formal de enunciação quando esse participante se assume como locutor e faz a passagem para sujeito e implanta o outro diante de si. Qua(is) competência(s) considera(m) tal pressuposto?

Passemos ao último eixo.

2.5 Eixo indivíduo-língua-sociedade

O eixo indivíduo-língua-sociedade desse trabalho apresenta, novamente, relação com o primeiro momento definido por Flores (2013), pessoa e não pessoa, uma vez que o autor sugere como debate a mesma tríade que dá nome a este tópico e propõe o estudo do texto *Estrutura da língua e estrutura da sociedade* (PLG II, capítulo 6, 1968), mesmo texto que servirá de embasamento para nosso eixo em questão.

Pensamos que esse eixo se vincula também à reflexão que iniciamos nesse capítulo: a ideia de língua como comportando a cultura. Se tomarmos a cultura como vinculada a uma sociedade, podemos pensar que língua e sociedade com a sua cultura estão ligadas. Que tipo de ligação Benveniste defende entre língua e sociedade com a sua cultura?

Para o linguista, *língua e sociedade* são noções inconscientes para o homem, já que são herdadas e, nessa linha, defende que a língua é

uma identidade em meio às diversidades individuais. E daí procede a dupla natureza profundamente paradoxal da língua, ao mesmo tempo imanente ao indivíduo e transcendente à sociedade. Esta dualidade se reencontra em todas as propriedades da linguagem (BENVENISTE, 1974, p.97)

Ademais, o autor postula:

A língua nasce e se desenvolve no seio da comunidade humana, ela se elabora pelo mesmo processo que a sociedade, pelo esforço de produzir os meios de subsistência, de transformar a natureza e de multiplicar os instrumentos. (BENVENISTE, 1974, p.97)

No entanto, diferentemente de outros, não coloca língua e sociedade em uma relação sociológica, a partir da qual mudanças sociais se refletiriam na língua como se esta fosse um espelho daquela. A relação entre língua e sociedade é semiológica. Isso porque a língua contém a sociedade em uma relação de interpretância, sendo a língua o interpretante e a sociedade, o interpretado. A língua interpreta a sociedade porque contém a sociedade, ou seja,

¹⁵ A relação entre autoria e singularidade é um aspecto que consideramos relevante e merece um aprofundamento em outros estudos.

não se descreve a sociedade ou sua cultura fora das expressões linguísticas. Por isso, a língua inclui a sociedade, mas não é incluída por esta. Nesse caso, a língua tem um papel fundamental para a existência de uma sociedade e para comunicação intersubjetiva nela.

A língua fornece o instrumento linguístico que assegura a oposição do *eu-tu*, relação exclusiva inter-humana e que abre espaço para referenciar algo do mundo que não está presente na locução, isto é, *eu-tu/ele*, identificado como paradoxal no capítulo analisado. Essas duas oposições fundamentam duas operações: a de intersubjetividade e a referencial. E isso fundamenta a possibilidade de discurso, a partir do qual o locutor se marca no discurso e se coloca como pessoa na sociedade.

Por conseguinte, reforçamos a relação “indivíduo, língua e sociedade”: socializar é utilizar um modo de enunciação que faça sentido ao outro; a língua é, então, o sistema produtivo dentro da sociedade. É a língua que produz sentido, serve de base para a comunicação intersubjetiva.

Que competência do ENEM valoriza o participante deste exame como pessoa do discurso e como situado na sociedade? Essa questão será discutida no capítulo 3.

CAPÍTULO TRÊS

COMO A TEORIA DA LINGUAGEM DE BENVENISTE CONTRIBUI PARA A COMPREENSÃO DAS COMPETÊNCIAS DA REDAÇÃO DO ENEM

O capítulo três deste trabalho tem como objetivo verificar como a Teoria da linguagem de Benveniste pode contribuir para o entendimento das competências utilizadas para avaliação da redação do ENEM: de que maneira o funcionamento intersubjetivo e referencial do discurso, constituído pela relação forma e sentido, presentifica-se nos critérios de avaliação das competências? A passagem de locutor a sujeito, a posição do locutor no discurso e o modo como situa-se na sociedade estão presentes nas competências?

A verificação de tais questões não é importante somente para o avaliador, mas para o professor poder explorar tais critérios com os possíveis participantes da prova. Essa compreensão auxilia na identificação dos mecanismos que englobam o funcionamento gramatical e textual na produção de textos além de levar os participantes a terem autonomia para se posicionarem no discurso, para constituírem o outro na relação e para se situarem em seus contextos sociais. Tudo isso compõe modos de estar na linguagem que terão consequências na nota, visto que, como já afirmamos, o ENEM faz parte de uma etapa importante da vida do estudante e que abre oportunidades de acesso ao nível superior, hoje tão almejado pelo estudante brasileiro.

Ademais, este capítulo relaciona os dois capítulos apresentados nesse trabalho: num primeiro momento, explicamos sobre a prova de redação do ENEM e como é apresentada sua avaliação para o estudante na Cartilha do participante; logo após, explicamos os principais conceitos da teoria de Benveniste com o intuito de reforçar sua importância para o ensino da produção de textos. E, também, entender como os aspectos essenciais dessa teoria podem servir de base para compreender as competências de avaliação da redação do ENEM e auxiliar tanto avaliador quanto candidato e professores que trabalham com possíveis candidatos.

O objetivo norteador deste trabalho é o de investigar as possíveis contribuições da perspectiva enunciativa de Émile Benveniste para o entendimento e tratamentos das competências avaliativas do ENEM. Por isso, foi necessário procurar compreender quais princípios da Teoria da enunciação dão suporte e podem ser relacionados a cada competência apresentada. Por isso, dividiremos este capítulo 3 novamente a partir das competências basilares da redação, para, ao longo de cada competência apresentada, relacioná-la com um (ou mais) eixo(s) apresentado(s) no capítulo 2.

Um artigo essencial que merece ser destacado novamente nesse trabalho foi escrito por Prado e Morato (2016), intitulado *A redação do ENEM como gênero textual-discursivo: uma breve reflexão*. Os autores reforçam nossa linha de pesquisa ao estudar o gênero textual da redação do exame, além de terem como um dos princípios basilares a teoria da enunciação de Benveniste – objeto desse trabalho de conclusão. No artigo, os autores apontam sobre o que Bronckart, representante da escola de Genebra, afirmou que a produção de um texto implica a realização de escolhas em relação à organicidade e seleção dos tópicos que compõem tal obra. Ou seja, para entender que a redação do ENEM é um fato social marcado e bem delimitado, conforme afirmam os autores do artigo citado, vale o paralelo feito nesse trabalho de conclusão sobre a importância da teoria de Benveniste identificada em cada competência – isto é, o reforço da concretude organizacional desse gênero textual.

Assim como exposto no capítulo 1, o valor atribuído às noções de competência e habilidade pelo documento oficial que examina o ENEM são basilares para entender como podemos, de fato, associar essa parte da prova, a redação (seu objetivo e sua avaliação), aos postulados teóricos de Benveniste. A competência estrutura nosso agir, isto é, como utilizamos os objetos, as situações, os fenômenos para chegar-se à inteligência; a habilidade é a forma como articulamos cada competência, reorganizando-as, se necessário, para melhor desenvolvimento social do indivíduo. A necessidade de avaliar o texto dissertativo no exame nacional parte de uma preocupação – necessária – com a leitura: como a partir dela o estudante interpreta e produz um texto, por exemplo. Vale ressaltar que todos os eixos estão implicados em todas as competências, mas que daremos destaque àqueles que mais se salientam em cada uma delas. Além disso, consideramos que o eixo da intersubjetividade é constitutivo de todas as competências por envolver a relação *eu-tu* na instância autor/avaliador, *eu-tu* na instância autor-leitor (de modo geral e abstrato) e indivíduo-sociedade em uma instância que podemos chamar de cultural, conforme Silva (2009).

Num primeiro momento, analisemos a competência 1: “*Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa*”. O participante, levado a utilizar o recurso linguístico apresentado como padrão nos tópicos da produção textual, respeitando o contexto da produção dissertativo-argumentativa, pode estabelecer um paralelo com os estudos benvenistianos da forma e do sentido, publicados em *Problemas de Linguística Geral II*, no capítulo 15 (*A forma e o sentido na linguagem*).

Visto que o estudante é avaliado a partir de suas escolhas lexicais de contexto, respeitando as regras gramaticais da norma culta padrão, podemos relacionar com o eixo 2.3 desse trabalho, intitulado *Eixo da forma e do sentido*. Conforme citado anteriormente, é por

meio da língua em ação no discurso, que o homem se relaciona com o outro e torna concreto o pensamento.

Outro aspecto importante que podemos associar a competência 1 à teoria de Benveniste analisada no eixo da forma e do sentido é a sintagmatização: o sentido da frase é a ideia que ela expressa, ou seja, todas as escolhas lexicais pensadas pelo homem formam o sentido do discurso produzido. A criação de uma ideia é única, isto é, a sintagmatização faz com que a atualização linguística do pensamento se efetive (o intentado). Além disso, se a competência 1, que é o domínio da norma culta, relaciona-se às escolhas lexicais do eixo 2.3, também pode ser associado ao Eixo do aparelho formal (tópico 2.4 do capítulo anterior), uma vez que é por meio da enunciação – que, neste caso, ocorre no campo escrito – que o locutor faz a passagem para sujeito por meio de suas escolhas. Segundo analisado no capítulo 2, a enunciação é o ato individual de utilização da língua, que, por meio desse ato, torna-se discurso, ou seja, cada escolha feita pelo participante implica a sua individualidade e, conseqüentemente, a marcação do *eu* produtor do discurso.

Outro eixo que pode ser associado à primeira competência avaliativa do ENEM é o analisado no tópico 2.5 do capítulo anterior, intitulado “Eixo indivíduo-língua-sociedade”. As escolhas lexicais do *sujeito* do texto valoriza o participante como *eu*, isto é, como aquele que se marca por suas palavras – sua escolha para produção do discurso e, conseqüentemente, para reforçar a comunicação intersubjetiva presente no exame, que pode ser definida como um *eu* (candidato) e um *tu* (leitor-avaliador) aproximam tal competência a esse eixo indispensável à teoria de Benveniste.

A segunda competência avaliativa do ENEM define-se como “*compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa*”. Tal conceito abre espaço para relacionarmos o mesmo Eixo do aparelho formal (2.4) e o Eixo da (inter)subjetividade (2.2).

Conforme Benveniste afirmou em sua obra – o fundamento da subjetividade ocorre por meio da linguagem e, nesse caso, cada um usa a língua para se propor como *sujeito* no discurso. Essa perspectiva de sujeito único é o que Flores (2013) relaciona com o momento *pessoa/não pessoa*. Benveniste afirma que, ao se apropriar da língua, o homem se inclui na sociedade, isto é, a partir do momento que o candidato relaciona o tema proposto à sua experiência de vida, identifica-se como sujeito e situa-se na sociedade (tanto do seu texto – Eixo do aparelho formal – quanto de seu lugar na sociedade – Eixo da (inter)subjetividade). Ademais, é importante reforçar a relação intersubjetiva pressuposta na redação: o *eu* apropria-

se do discurso; ao mesmo tempo que implanta um *tu* para estabelecer a comunicação intersubjetiva. Nesse caso, é importante abstrair-se do fato de que está sendo avaliado para pensar que está constituindo um diálogo com um outro. No entanto, a situação de enunciação envolve avaliação, pois a redação se vincula a um tema da realidade na qual os participantes estão inseridos, o que insere a *referência* no discurso, relacionada à *não pessoa*, de quem ou do quê se fala na redação. Aqui, reforçamos o analisado no Eixo do aparelho formal (2.4): o *ato* envolve o modo como o locutor se declara como sujeito e como implanta o outro (o interlocutor) diante de si, ou seja, como o candidato disserta o seu ponto de vista acerca do assunto; a *situação* de discurso está relacionada ao modo como a língua se acha empregada para o locutor constituir a referência no discurso, isto é, as escolhas dos tópicos frasais pelo candidato, por exemplo, serão indispensáveis à compreensão do posicionamento desenvolvido, e os *instrumentos linguísticos* utilizados reforçam o caráter da tipologia dissertativa – critério imposto pela prova – o qual atesta a posição do locutor no discurso e o modo como ele faz a passagem para *sujeito* no texto¹⁶.

A competência 3, definida como “*selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista*”, ou seja, tudo aquilo que o participante do exame julga necessário relacionar ao tema proposto faz parte dessa competência. Não só isso, mas também o aluno é avaliado por seu esforço autoral, de que maneira conhecimento de mundo auxilia a produção do texto exigido. Para fins desse capítulo, um eixo da teoria benvenistiana que pode ligar-se a esse pressuposto avaliativo é o Eixo da forma e do sentido da língua (tópico 2.3 do capítulo 2).

A sintagmatização volta a ter destaque, também, como auxílio na interpretação da competência 3. A compreensão do referente é indispensável, porque é por meio dele que identificamos a posição do autor do texto, nesse caso o candidato do exame, ao dispor determinadas palavras para construir a argumentação. Além disso, a seleção e organização de informações, fatos e opiniões revela como o indivíduo constrói sua língua-discurso, ou seja, como constrói o valor da justificativa do ponto de vista a partir do seu “olhar”, do seu *eu*.

Outro eixo essencial ao entendimento da competência 3 foi aferido no Eixo indivíduo-língua-sociedade (tópico 2.5 do capítulo 2). Se a língua abrange a cultura, reforçamos aqui a relação semiológica presente entre língua e sociedade: a primeira contém esta última em uma relação de interpretância, isto é, a cultura, a sociedade só são descritas por expressões linguísticas. Logo, o conhecimento de mundo exigido na competência 3 como critério

¹⁶ Reforçamos que *texto* é concebido, neste trabalho, como o discurso do sujeito.

avaliativo é diretamente relacionado a este aspecto: a língua é o interpretante e a sociedade, por consequência, o interpretado. Para justificar argumentos que comprovem a tese desenvolvida ao longo da dissertação, é essencial que o candidato entenda essa relação, além de que o avaliador valorize a posição do participante como agente das escolhas argumentativas do texto produzido.

(2.3) (2.4)

A competência 4, “*Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação*” é outro aspecto que merece atenção e que é relacionado aos pressupostos benvenistianos. Sabe-se que há duas propriedades inerentes à língua: ser formada por unidades significantes e conseguir arranjar os signos, isto é, as palavras, de maneira que produzam significado, ou seja, o emprego das palavras, a forma como são dispostas, importa no encadeamento das ideias nas frases. A variação dos mecanismos linguísticos, as escolhas para evitar repetições e a produção semântica entre frases faz com que o estudante possa determinar seu lugar na enunciação, nesse caso, no seu discurso.

Assim, para garantir a inteligibilidade, alguns recursos coesivos que foram destacados, como o uso de pronomes, de advérbios, de expressões resumitivas e conjunções, reforçam o cuidado com a enunciação produzida pelo participante. Como a fragmentação passa a ser um critério para desconto nessa competência, novamente a sintagmatização – explicada no Eixo da forma e do sentido (2.3) – apresenta destaque na tese dessa competência. Para construir suas próprias relações semânticas, sua significação intencional regida pelo desejo de comunicação do sujeito do texto, é necessário identificar sua língua-discurso, essa que é construída por este processo de criação de discurso e de sentido, chamado por Benveniste de sintagmatização no seu texto *A forma e o sentido na linguagem* (1966/1967) em *Problemas de Linguística Geral II*.

Outro eixo que norteia o entendimento da competência 4 é o estudado no tópico 2.4 deste trabalho – intitulado Eixo do aparelho formal. Benveniste, em seu capítulo 5 de *Problemas de Linguística Geral II*, discorre sobre um dos aspectos considerado centro da enunciação: como formar sentido a partir de palavras? A semantização das relações, aqui tratadas como frases, é não só associada à sintagmatização, mas também a esse processo de semantização – o estabelecimento de sentido entre frases e entre parágrafos é assegurado pelo modo como o locutor opera escolhas para garantir o seu papel de *sujeito*, defensor de uma tese e de relações que surgem a partir do *eu* particular (o que reitera o caráter dissertativo proposto pelo ENEM).

Por fim, como última competência pertencente ao processo avaliativo analisado por esse trabalho de conclusão, temos a Competência 5, determinada como “*Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.*” Aqui, a necessidade do participante associar seu texto à sociedade em que está inserido obriga-o a buscar alternativas para o problema discorrido ao longo da produção de seu texto. Tais alternativas mobilizam no aluno dois conceitos basilares da teoria benvenistiana: língua e sociedade. Por isso, relacionamos a essa competência final o último eixo apresentado no tópico 2.5 do capítulo anterior: Eixo indivíduo-língua-sociedade. Podemos definir esse paralelo em três momentos, a partir da relação de cada palavra que compõe o quarto eixo:

1. Indivíduo – o sujeito é identificado a partir das escolhas que faz, tanto para desenvolver seu ponto de vista quanto para validá-lo, ou seja, o caminho percorrido pelo participante do exame: a construção da argumentação, a apresentação do problema a partir da sua ótica, além da possibilidade de minimizar tal problemática é o que o constitui como singular, isto é, faz ele entender seu lugar na sociedade (que é exercido a partir da língua que utiliza).
2. Língua – existem duas propriedades pertencentes a ela (ser formada por unidades significantes e ter a capacidade de empregar os signos de maneira significativa). Assim, ela interpreta a sociedade, a qual torna-se significativa *na e pela* língua. A produção de sentido surge desse instrumento que descreve a experiência e, na competência 5, identifica-se como a possibilidade de criar alternativas para o problema proposto pela prova do ENEM. A língua assegura a oposição *eu-tu*, ou seja, reforça o conceito de sociedade, já que o ponto de vista é único e *singular*; então, essa oposição postulada por Benveniste em PLG II – Estrutura da língua e estrutura da sociedade – produz um *terceiro* elemento no discurso (*ele*), que, nesse caso, é a enunciação das alternativas pensadas para mitigar o problema proposto, o que ratifica o participante como pessoa do discurso situada na sociedade.
3. Sociedade – partindo-se do pressuposto empírico de que a sociedade é particular, aqui, o estudante precisa reconhecer seu lugar no corpo social, o papel que representa, os recursos de que dispõem, as possibilidades de alterar o seu entorno para, por meio da língua, produzir o discurso que reforce essa relação semiológica entre língua e sociedade. Ademais, é válido destacar que, por ser instigado a buscar alternativas para o problema proposto, o candidato precisa, novamente, olhar-se na sociedade, e, ao fazê-lo, utiliza a língua para marcar-se como indivíduo e,

consequentemente, como cidadão agente de suas ações. Se, antes, vimos o sujeito como agente de seu texto, agora, unimos esta definição à anterior: o indivíduo é agente do seu discurso e de suas ações, implicadas, nos dois aspectos, pela língua e pela sociedade, as quais o influenciam culturalmente.

Portanto, reforçamos aqui nossa tese catalisadora desse trabalho de conclusão: o estudo da Teoria de Émile Benveniste é de caráter indispensável para a Ciência da Linguística, e também o é para a compreensão de outros trabalhos que derivam da área, como exemplo disso, as competências formadoras dos critérios avaliativos da prova de redação do ENEM, conforme confirma-se neste capítulo.

Além disso, corroboramos, também, a necessidade de estudar sua linha teórica tanto por candidatos (os quais podem compreender melhor a ciência da Linguística a que estão sujeitos) quanto por avaliadores e estudiosos da prova (os quais serão auxiliados diretamente pela tese benvenistiana) que poderão entender a relação do indivíduo com a língua e com a sociedade por esse viés científico que, aqui, nos ajudaram a compreender, assim como afirmou Knack (2016) que “Viver é enunciar”, ou seja, os aspectos envolvidos na produção do discurso, único e singular, antes de tudo, são identificados no locutor que o produz, uma vez que o homem constitui-se sujeito *na e pela* linguagem, pois é ele quem vive ao enunciar e enuncia ao viver.

CONCLUSÃO

Desde o início, a motivação deste trabalho foi associar o trabalho feito em sala de aula com os conteúdos aprendidos ao longo da graduação. Assim, associar a redação do ENEM à teoria de Benveniste foi uma forma de unir estudo e profissão.

O caminho percorrido mostra-nos que, da mesma forma que o exame sofreu alterações ao longo dos anos, também este trabalho foi sendo moldado a partir dos nossos questionamentos norteadores e, além disso, das pesquisas feitas ao longo do processo. Entender o exame nacional mais a fundo é essencial para a formação profissional do professor de produção textual; o contexto socioeconômico que permeia a prova; a forma como foi pensada; a importância recebida, posteriormente, como meio de ingresso ao ensino superior e outros programas governamentais, tudo isso reforça a necessidade de compreender sua aplicação e enriquecer os estudos com perspectivas complementares.

A ideia de associar Benveniste a este trabalho surge a partir da pesquisa de sua teoria, tão essencial à vida. A linguística é uma ciência que estuda a expressão do sujeito por meio da linguagem, como aquele se marca a partir desta; como a subjetividade se constitui a partir da intersubjetividade *eu/tu* e, conseqüentemente, da sociedade em uma relação dialética. Juchem (2012) já assinalou como ainda “é rara a discussão sobre o lugar de enunciação a ser ocupado pelo aluno para se autorizar a dizer, especificamente para se autorizar a dizer por meio da escrita.” Ou seja, este trabalho de conclusão de curso dialoga com essa dissertação de mestrado na defesa de uma concepção de avaliação que valorize a ocupação de um lugar de enunciação do candidato e no assumir de uma posição em seu discurso. Nesse caso, o candidato do ENEM, que, autorizado a escrever, pode assumir essa posição no discurso e inclusive marcar-se como sujeito desse discurso.

Exemplo de estudo que já ocorre nesta perspectiva é o de Agustini (2013). A autora escreve um artigo que também nos auxiliou ao longo dessa caminhada: “Gênero redação ENEM: a experiência de linguagem em um escrita institucionalizada”. A professora da Universidade Federal de Uberlândia, juntamente com Borges – professora de Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás –, analisaram como o estudo da língua e da linguagem em funcionamento, à luz da teoria benvenistiana, é importante para compreender a redação do ENEM, como gênero textual composto de um modelo e uma transgressão. Vale ressaltar o que as autoras ponderam ao final do artigo:

Além disso, pensar na produção escrita, sob o crivo de Benveniste, como experiência de linguagem, atravessada pela subjetividade, é tomá-la como uma posição de descoberta do próprio homem que se constitui na e pela linguagem, é

(re)tomar e (re)dizer a posição inicial deste texto que (re)vela a linguagem como condição de vida (AGUSTINI;BORGES, 2013, p. 17)

Dessa forma, entender os aspectos envolvidos na produção de texto, neste caso, da redação do ENEM, é indispensável para que o próprio sujeito descubra-se *na e pela* linguagem, ou seja, é a descoberta de que a linguagem é condição para a vida.

Os questionamentos que foram estabelecidos a partir da leitura dos eixos da perspectiva enunciativa “de que maneira o funcionamento intersubjetivo e referencial do discurso, constituído pela relação forma e sentido, presentifica-se nos critérios de avaliação das competências? A passagem de locutor a sujeito, a posição do locutor no discurso e o modo como situa-se na sociedade estão presentes nas competências?” – foram alavancas para o estabelecimento de diálogo entre as competências de avaliação da prova do ENEM e as questões centrais da abordagem enunciativa benvenistiana. O capítulo três reforça nosso ponto de partida, uma vez que entendemos que Émile Benveniste é, sim, autor essencial para o entendimento da produção textual do Exame Nacional, bem como de seus critérios avaliativos: entendidos aqui como competências.

Por conseguinte, entendemos que, por ser um trabalho inicial, dialoga com linhas de pesquisa importantes, além de serem pensadas por diversos autores; tudo isso abre espaço para seguir com esta análise de forma mais profunda a partir dos comentários e sugestões da banca avaliadora. Ademais, a possibilidade de avaliar as redações produzidas em aula pelos possíveis candidatos do ENEM, a forma como eles, ao longo de sua formação estudantil, constituem-se como sujeito de seu discurso, é fundamental para enriquecer os estudos da linguagem – visto que abre espaço para entendermos o processo da escrita no ENEM com a experiência de linguagem, comum a todo participante do exame.

Mia Couto, autor moçambicano, ensinou-nos, no início deste trabalho, com o trecho de seu ensaio “*Línguas que não sabemos que sabíamos*” (2008), que, mais do que sobre *servir*, uma língua é sobre *ser*, e sobre *deixar* de ser, e *ser* de novo. É a história incompreensível daquele marido, é o desejo do comunicar-se, é o desejo do discurso, de expor um *eu*, singular, que faz com que descubramos novas formas de marcá-lo e (re)significá-lo nesta união de vida e desejo, de forma e sentido, que é a linguagem.

REFERÊNCIAS

- AGUSTINI, Cármen Lúcia Hernandez; BORGES, Selma Zago da Silva. **Gênero Redação ENEM: a experiência de linguagem em uma escrita institucionalizada**. Letras & Letras, Uberlândia, Qualis B1, v. 29, n. 2, 2013.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. 5 ed. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. 5 ed. Campinas, SP: Pontes, 1989.
- Diário Oficial da União – Seção 3. Brasília, DF, 21 mar. 2018. N 55, p.10.
- EXAME evolui desde a criação, há 17 anos, e amplia oportunidades na educação superior. MEC. 18 de Setembro de 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/30781-exame-evolui-desde-a-criacao-ha-17-anos-e-amplia-oportunidades-na-educacao-superior> Acesso em: 13 out. 2018.
- FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. 1 ed. São Paulo : Parábola, 2013.
- JUNCHEM, Aline. **Por uma concepção enunciativa da escrita e re-escrita de textos em sala de aula: os horizontes de um hífen**. 195 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.
- KNACK, Carolina; OLIVEIRA, Giovane Fernandes. **Avaliação de textos acadêmicos escritos: uma perspectiva enunciativa**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, v. 13, n. 3, set./ dez., 2017.
- KNACK, Carolina. **Por uma dimensão antropológica do discurso: as passagens do aluno nas instâncias de ensino**. 164 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016.
- Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. ENEM – Documento Básico. Brasília, DF, 2017.
- NA CORREÇÃO de 4,1 milhão de redações, 1,76% teve nota zero. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35570> Acesso em: 20 set. 2018.
- OLIVEIRA, Giovane Fernandes. **Enunciando-se no interior de uma escrita: resenha de Introdução à Teoria Enunciativa de Benveniste**, by Valdir do Nascimento Flores. Revista Entrelinhas, São Leopoldo, Unisinos, v. 8, n. 2, jul./dez., 2014.

OLIVEIRA, Giovane Fernandes. **Então eu posso dizer ‘eu’ na redação?:** da subjetividade na linguagem à autoria na argumentação escrita. EID&A - Revista eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação. Ilhéus, Estrato B2, n. 13, jan./jun., 2017.

PUBLICADA nova portaria do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Inep. 04 de Abril de 2017. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/publicada-nova-portaria-do-exame-nacional-do-ensino-medio-enem-/21206 Acesso em: 12 agosto. 2018.

PRADO, Daniela de Faria, MORATO, Rodrigo Altair. **A redação do ENEM como gênero textual-discursivo : uma breve reflexão.** Cadernos CESPUC de Pesquisa. Séries ensaios. 2016.

REDAÇÃO DO ENEM 2017 – Cartilha do Participante. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2017/manual_de_redacao_do_enem_2017.pdf Acesso em: 20 set. 2018.

REDAÇÃO DO ENEM 2018 – Cartilha do Participante. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/guia_participante/2018/manual_de_redacao_do_enem_2018.pdf Acesso em: 05 set. 2018.

SILVA, Carmem Luci da Costa. **A criança na linguagem: enunciação e aquisição.** Campinas, SP: Pontes, 2009.